



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

ADITAMENTO

Processo nº: 1.077.257/2018
Relator: Conselheiro Sebastião Helvécio
Natureza: Representação
Procedência: Prefeitura Municipal de Pintagui
Denunciante: Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais
Denunciado(s): Anderson Barros Ferreira; Carlos Hely César Nunes; Ivete da Conceição Bento Ribeiro; Rejane Barcelos Martinho; A.R. Comércio de Peças, Produtos e Serviços Ltda.; Alex Romualdo Silva; Bravo Peças e Serviços Eireli; Caiçara Peças Diesel Eireli – ME; Demosthenes Menezes de Oliveira Junior; Canaã Distribuidora de Autopeças Eireli – EPP; Dimas Fulgêncio Autopeças – ME; Fenix Tractor Ltda. – ME; Dimas Fulgêncio; Garra Autopeças Ltda. – ME; JJZ Comércio de Peças e Serviços Eireli – ME; Jonas Oliveira Guedes; JS Distribuidora de Peças S.A.; Minas Fiat Distribuidora de Peças Automotivas Ltda. – ME; Daniel de Freitas Mesquita; Mundial Máquinas e Veículos Ltda. – ME; Denísio Moreira Palhares; Retengrol Comércio de Peças e Serviços Eireli; Rodrigo Marcos Machado – EPP; Total Tratores do Brasil Eireli; Fernando José Rosa; Tratorenzso Comércio e Serviços Ltda. – EPP; Ronaldo Cordeiro Soares; Unir Peças Diesel Ltda. – EPP; Marília de Moura Andreata; V.C.P. – Vitória Comércio e Peças Ltda. – EPP; e Geraldo Ribeiro Leite

Senhor Relator,

1. Representação formulada por este Ministério Público de Contas de Minas Gerais em face do Procedimento Licitatório n. 065/2014 – Pregão Presencial n. 043/2014, Procedimento Licitatório n. 050/2015 – Pregão Presencial n. 020/2015, Procedimento Licitatório n. 001/2017 – Pregão Presencial n. 001/2017 e Procedimento Licitatório n. 107/2018 – Pregão Presencial n. 063/2018, promovidos pela Prefeitura Municipal de Pitangui, visando à aquisição de peças automotivas para os veículos da frota municipal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

2. Devidamente autuada e recebida, a Representação restou conclusa ao relator, Conselheiro Sebastião Helvécio, em 06/11/2019, que, em seguida, encaminhou os autos à unidade técnica.

3. A 3ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios elaborou o relatório de fls. 156/162. Em seu exame, concluiu pela procedência parcial da Representação, sugerindo a citação das empresas responsáveis apenas quanto ao Pregão Presencial n. 020/2015, ao Pregão Presencial n. 001/2017 e ao Pregão Presencial n. 063/2018, e pela prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas quanto ao Pregão Presencial n. 043/2014 e afastamento da tese do dano ao erário pelo lucro presumido.

4. Vieram os autos a este Ministério Público de Contas.

Aditamento MPC n. 01 – Da prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas de Minas Gerais – Pregão Presencial n. 043/2014

5. Em primeiro lugar, conforme já mencionado na peça inicial da Representação (parágrafo 154, p. 29), reitero que a homologação do Pregão Presencial n. 043/2014 ocorreu em 13/05/2014 e que o despacho de recebimento da presente representação foi proferido em 05/11/2019, havendo um lapso temporal superior a cinco anos entre os referidos marcos.

6. Assim, em que pese à ocorrência de fraude neste procedimento licitatório, a aplicação de eventuais sanções resta prejudicada pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, motivo pelo qual adiro ao posicionamento adotado pela 3ª CFM e REQUEIRO a extinção do feito com resolução de mérito, quanto ao Pregão Presencial n. 043/2014, com fundamento nos arts. 110-C, inciso V, 110-E, e 110-J da Lei Complementar nº 102/2008¹.

¹ Art. 110-C – São causas interruptivas da prescrição:

V – despacho que receber denúncia ou representação;

Art. 110-E – Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas, considerando-se como termo inicial para contagem do prazo a data de ocorrência do fato.

Art. 110-J – O processo será extinto com resolução de mérito quando for reconhecida a prescrição ou a decadência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

Aditamento MPC n. 02 – Do dano ao erário presumido (*in re ipsa*) decorrente da frustração da licitude dos procedimentos licitatórios – Afastamento da tese deste MPC

7. Na peça inicial, foram apresentados diversos indícios da ocorrência de fraude ao Pregão Presencial n. 020/2015, ao Pregão Presencial n. 001/2017 e ao Pregão Presencial n. 063/2018, deflagrados pela Prefeitura Municipal de Pitangui, ratificados pela 3ª CFM em sua análise inicial.

8. Assim, em decorrência da apuração de fraude e da necessidade de imputar responsabilidade aos agentes envolvidos na prática de atos ilegais conscientemente executados, este Ministério Público de Contas concluiu pela ocorrência de dano ao erário presumido – *in re ipsa* – quantificado a partir do parâmetro do lucro presumido.

9. Quando do oferecimento desta Representação, a matéria ainda não havia sido enfrentada por este Tribunal de Contas.

10. Contudo, na Sessão da Segunda Câmara de **05/03/2020**, na apreciação da Representação nº 1.071.465², foi aprovado à unanimidade o voto do Conselheiro Relator Adonias Monteiro que afastou a tese do dano presumido.

11. Na ocasião, Sua Excelência apontou que a restituição de valores exigia a comprovação de inexecução do objeto contratado ou de superfaturamento. Também foi destacado que, em decisão proferida em 13/08/2019, o Superior Tribunal de Justiça esclareceu a questão envolvendo a presunção de dano ao erário e o seu ressarcimento, e deliberou que a aplicação do disposto nos arts. 10, VIII, e 21, I, da Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa se **restringiria ao juízo de configuração do ato de improbidade administrativa, por ausência de regular procedimento licitatório:**

² TCEMG. Segunda Câmara. Representação nº 1.071.465. Conselheiro Relator Adonias Monteiro. Sessão de 5/3/2020.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

V - Diante da necessidade de interpretação sistemática dos dispositivos da Lei n. 8.429/1992 e de harmonização da jurisprudência desta Corte, impende entender-se que a presunção de dano ao erário restringe-se ao juízo de configuração do ato de improbidade administrativa por ausência de regular procedimento licitatório, previsto no art. 10, VIII, desse diploma legal, não abrangendo a imposição da obrigação de ressarcimento ao erário, que, nos termos do art. 21, I, dessa lei, pressupõe a demonstração de efetivo prejuízo patrimonial, ainda que a apuração do seu exato valor seja feita na fase de execução.

VI - A aplicação de multa civil com lastro no art. 12, II da Lei n. 8.429/1992 depende da demonstração da existência de efetivo dano ao erário, por ser este o seu parâmetro para fixação na hipótese de condenação promovida nos termos do art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa.

VII - Recurso Especial parcialmente conhecido e parcialmente provido.³

12. Diante disso, com base nos argumentos trazidos no julgamento da Representação nº 1.071.465, especialmente no que tange à necessidade de configuração de ato de improbidade administrativa para a aplicação da tese do dano presumido, matéria não afeta aos Tribunais de Contas, revejo meu posicionamento inicial para afastar o pedido de ressarcimento ao erário.

Aditamento MPC n. 03 – Da responsabilização dos agentes públicos municipais – Exclusão dos servidores da equipe de apoio ao pregoeiro do polo passivo

13. Na peça inicial de Representação foram arrolados, no polo passivo, agentes públicos municipais, tendo em vista a participação destes nas fraudes às licitações, conforme demonstrado no tópico "VII" da peça inicial. Figuram como representados, além do pregoeiro municipal, os servidores da equipe de apoio ao pregoeiro.

³ STJ. Primeira Turma. REsp nº 1755958. Ministra Relatora Regina Helena Costa. Sessão de 18/9/2019. DJe em 6/9/2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

14. Entretanto, em melhor análise quanto à responsabilização dos agentes públicos envolvidos nos processos licitatórios, entendo que os servidores da equipe de apoio ao pregoeiro devem ser excluídos do polo passivo da Representação. Neste sentido, destaco trecho da obra de Marçal Justen Filho:

Diferentemente do que ocorre nas licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, cuja condução cabe a uma comissão, **no pregão essa tarefa é repassada a um único servidor, o pregoeiro.** Essa opção legislativa deve ser interpretada em termos, pois conquanto assuma o pregoeiro a responsabilidade pelo certame, seu trabalho não é solitário, sendo ele assessorado por outros servidores, inclusive para fornecer subsídios e informações relevantes. **Mas os atos administrativos serão formalmente imputados ao pregoeiro, ao qual incumbirá formalizar as decisões e por elas responder.** A ressalva é importante porque o pregoeiro, individualmente, acabaria sobrecarregado se não pudesse recorrer à estrutura administrativa estatal para solucionar rápida e agilmente todos os incidentes, examinar todos os documentos e assim por diante. A agilidade do procedimento do pregão acabaria frustrada se o pregoeiro não dispusesse de suporte para a prática dos atos a ele atribuídos.⁴

15. Ademais, destaco o art. 3º, inciso IV, da Lei nº 10.520/2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

[...]

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico**. 3. ed. São Paulo: Dialética.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

16. Do dispositivo supracitado conclui-se que as atribuições descritas recaem somente sobre o pregoeiro, e não sobre a equipe de apoio. Esta, portanto, apenas auxilia o pregoeiro no decorrer do processo licitatório, mas não assume suas atribuições.

17. Dessa forma, tendo em vista que a condução do pregão compete ao pregoeiro, e não à equipe de apoio, somente este deve figurar no polo passivo da Representação, devendo ser excluídos os servidores da equipe de apoio.

18. Devem então ser excluídos do polo passivo da Representação os Srs. Carlos Hely Cezar Nunes, Ivete da Conceição Bento Ribeiro e Rejane Barcelos Martinho.

Aditamento MPC n. 04 – Da responsabilização dos sócios das empresas vencedoras dos procedimentos licitatórios – Exclusão do polo passivo da ação

19. Conforme já mencionado na peça inicial, por meio da edição da Súmula n. 286⁵, o Tribunal de Contas da União consolidou o seu entendimento no sentido de que a pessoa jurídica de direito privado contratada pela administração pública pode ser responsabilizada em casos em que ocorreram prejuízos ao erário.

20. Ou seja, havendo responsabilidade do particular pelo dano ao erário causado, deverá ser aplicada multa, não importando se o fato ocorreu no exercício de função pública ou não. Essa premissa cabe às pessoas jurídicas e aos seus respectivos administradores, em casos de conluio e/ou abuso de direito.

21. Ao contrário disso, a pessoa jurídica que não tenha concorrido para a ocorrência do dano ao erário, como no caso daquelas que apenas participaram de uma licitação

⁵ A pessoa jurídica de direito privado destinatária de transferências voluntárias de recursos federais feitas com vistas à consecução de uma finalidade pública responde solidariamente com seus administradores pelos danos causados ao erário na aplicação desses recursos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

fraudulenta, por exemplo, sem ter restado vencedora, encontra-se submetida apenas à sanção de inidoneidade, não podendo haver aplicação de multa, por não ser gestora de recurso público (Acórdão n. 1975/2013 – Plenário TCU – Ministro Relator Marcos Benquerer).

22. Pois bem. Considerando que, após a apreciação da Representação n. 1.071.465, na Sessão da Segunda Câmara do dia **05/03/2020**, quando foi aprovado à unanimidade o voto do Conselheiro Relator Adonias Monteiro que afastou a tese do dano presumido, reví meu posicionamento adotado na peça inicial, conforme o aditamento n. 02 desta peça, devendo também ser excluídos por ora do polo passivo da ação os sócios-administradores das empresas vencedoras das licitações impugnadas por este MPC, Srs. Alex Romualdo Silva, Demosthenes Menezes de Oliveira Junior, Dimas Fulgêncio, Jonas Oliveira Guedes, Daniel de Freitas Mesquita, Denísio Moreira Palhares, Fernando José Rosa, Ronaldo Cordeiro Soares, Marília de Moura Andreata e Geraldo Ribeiro Leite.

23. Isso porque, sem a ocorrência de dano ao erário nos autos, a única possibilidade de sanção a ser aplicada às empresas vencedoras da licitação, em razão da fraude verificada nos procedimentos licitatórios, seria a declaração de inidoneidade para licitar, nos termos do artigo 93 da Lei Complementar n. 102/2008.

24. Não há outros aditamentos a serem realizados.

25. Por todo o exposto, **REQUEIRO** a citação dos responsáveis a seguir elencados para, querendo, apresentarem defesa em face das irregularidades noticiadas, conforme abaixo relacionado:

A.1) Fraude ao Pregão Presencial n. 020/2015, ao Pregão Presencial n. 001/2017 e ao Pregão Presencial n. 063/2018, promovidos pelo município de Pitangui – Conluio entre empresas pertencentes ao mesmo proprietário e/ou a parentes próximos, e representadas por funcionários e/ou sócios de empresas concorrentes



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

– Descumprimento ao artigo 37, XXI da CF/88 e ao artigo 3º, caput, da Lei n. 8.666/1993

- A.R. COMÉRCIO DE PEÇAS, PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA., na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 020/2015, do Pregão Presencial n. 001/2017 e do Pregão Presencial n. 063/2018;
- BRAVO PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 063/2018;
- CAIÇARA PEÇAS DIESEL EIRELI – ME, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 001/2017 e do Pregão Presencial n. 063/2018;
- CANAA DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS EIRELI – EPP, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 001/2017;
- DIMAS FULGENCIO AUTO PEÇAS – ME, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 001/2017 e do Pregão Presencial n. 063/2018;
- FENIX TRACTOR LTDA. – ME, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 020/2015;
- JJZ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI – ME, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 001/2017 e do Pregão Presencial n. 063/2018;
- MINAS FIAT DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA. – ME, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 020/2015, do Pregão Presencial n. 001/2017 e do Pregão Presencial n. 063/2018;
- MUNDIAL MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – ME, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 020/2015;
- RODRIGO MARCOS MACHADO – EPP, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 063/2018;
- TOTAL TRATORES DO BRASIL EIRELI, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 020/2015, do Pregão Presencial n. 001/2017 e do Pregão Presencial n. 063/2018;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

- TRATORENZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. – EPP, na qualidade vencedora do Pregão Presencial n. 020/2015, do Pregão Presencial n. 001/2017 e do Pregão Presencial n. 063/2018;
- UNIR PEÇAS DIESEL LTDA. – EPP, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 063/2018;
- V.C.P. VITÓRIA COMÉRCIO E PEÇAS LTDA. – EPP, na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 001/2017;

A.2) Participação de servidores públicos na fraude à licitação – Negligência na fiscalização dos procedimentos licitatórios quanto à oferta de propostas manifestamente inexequíveis, em inobservância ao art. 44, §3º c/c art. 48, II, da Lei n. 8.666/1993 – Pregoeiro municipal

- ANDERSON BARROS FERREIRA, na qualidade de pregoeiro municipal atuante no Pregão Presencial n. 020/2015, no Pregão Presencial n. 001/2017 e no Pregão Presencial n. 063/2018, de Pitangui, e subscritor dos editais das licitações, das respectivas atas de recebimento, abertura e julgamento das propostas, dos mapas de apuração dos preços e dos termos de adjudicação dos certames.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2020.

DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES

Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)